



III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social



BH, 7 até 9 de junho

SERVIÇO SOCIAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE: SEUS DESAFIOS FRENTE A REALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO PÓS-MODERNO

Adriana Pereira Bento¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de inquietações e reflexões desenvolvidas pela autora, acerca do processo formação profissional do assistente social, particularmente no que diz respeito ao entendimento que o mesmo tem do significado social da profissão considerando o contexto de mudanças estruturais ocorridas na sociedade com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Formação Profissional. Serviço Social. Religião.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de inquietações da autora sobre o processo de formação profissional² do assistente social, mais especificamente sobre o entendimento dos assistentes sociais acerca do significado social da profissão na ordem do capital. Entendimento esse necessário para se pensar estratégias de resistência frente à reatualização do conservadorismo na contemporaneidade, este último, uma ameaça aos valores presentes no Projeto ético-político do Serviço Social³, ao código de ética⁴ e a lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8662/93), segundo o projeto de formação profissional.

Neste sentido, a autora se utilizará da teoria social crítica para se pensar o significado social da profissão, que segundo Montañó (2007) seria um novo caminho de análise que surge em oposição à perspectiva endogenista⁵. Para tanto, o desenvolver dessa reflexão no que se trata do significado social da profissão contará com autores como Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto, assim como demais autores que se utilizam de uma análise histórico-crítica para se pensar o Serviço Social e os rebatimentos que a mesma vem sofrendo na contemporaneidade frente ao agravamento da “questão social”.

Vale destacar que esse artigo não tem por objetivo dar respostas aos desafios postos a profissão na atualidade, mas de levantar questões relevantes acerca da profissão, considerando que o entendimento que o profissional tem sobre a mesma é também elemento significativo para se pensar os rebatimentos sobre o Projeto ético-político, haja vista, que não compreender a profissão numa perspectiva de totalidade e

² Aqui processo de formação profissional entendida pela autora como uma formação contínua que vai além do processo de formação na graduação, necessário e permanente no decorrer do exercício profissional do assistente social.

³ O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado às transformações da sociedade, voltado a eleger valores que legitimam a profissão. Para tanto, formula requisitos teóricos, institucionais e práticos para o pleno exercício dos profissionais, direcionados aos interesses da classe trabalhadora ao assumir um questionamento e uma contestação das bases conservadoras ainda presentes na profissão, tendo como valor central a liberdade e estando a favor a equidade e justiça social.

⁴ Resultado da reformulação do Código de Ética de 1986, a partir do processo de reconceitualização da profissão, tendo como resultado a Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

⁵ Esta Primeira tese e/ou perspectiva endogenista melhor desenvolvida no decorrer desse estudo.

historicidade, impede o sujeito de pensar estratégias de superação frente aos desafios postos no cotidiano. Contudo, aqui não é ignorado o fato de que mesmo tendo clareza do significado social da profissão numa perspectiva histórico-crítica, o sujeito – aqui me refiro especificamente aos assistentes sociais – em sua subjetividade pode assumir uma dimensão ético-política que fortaleça um projeto de sociedade segundo a ordem burguesa de ordenamento, consenso e apaziguamento das refrações da “questão social” e não de superação da mesma.

1. Significado social da profissão: um entendimento necessário

Conforme destaca Iamamoto e Carvalho (2006) compreender o Serviço Social sem considerar as condições e relações sociais que permitem apreender seu significado social na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução e das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas, sem perder de vista, o processo histórico no qual ela se insere, é analisá-la de forma focalizada, a- crítica e a-histórica.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que inicialmente se faz necessário compreender as duas teses que analisam a gênese do Serviço Social tratadas por Montaño (2007), visto que, as mesmas permitem refletir sobre dadas abordagens ainda utilizadas por assistentes sociais em seu cotidiano profissional, em que podem apresentar perspectivas de superação mesmo frente aos rebatimentos postos pela ordem da sociedade capitalista ou de uma perspectiva messiânica e/ou fatalista, dado a compreensão que se tem do significado social da profissão. Nas palavras de *ibidem* (2007, p. 01)

Os assistentes sociais, em diversas oportunidades, se “debatem” em torno de duas concepções, duas teses sobre a natureza e o processo da gênese do Serviço Social. Agora bem, tais concepções, que podemos com relativa generalização agrupar em suas perspectivas, se comportam como verdadeiras teses. Elas contêm um arsenal heurístico e teórico-metodológico que extrapola a mera consideração sobre a gênese do Serviço Social.

Dando início à primeira tese e/ou perspectiva endogenista, Montañó (2007) destaca que nesta se apresentam duas distinções de compreensão da profissão, onde uma entende os “antecedentes” do Serviço Social como sendo qualquer forma anterior de ajuda, enquanto outra pensa os “antecedentes” apenas ligados às formas de ajuda organizadas e vinculadas à intervenção da “questão social”⁶ (pós-Revolução Industrial).

Nesta primeira tese, aparecem autores como Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, Gisele Konopka, dentre outros, em que é relevante pensar que essa tese faz parte de um contexto onde esses autores pensavam a construção do significado social da profissão, cujas bases teóricas eram incipientes, com fundamentações ecléticas, de entendimento equivocado sobre o lugar que ocupa essa profissão na ordem do capital, sem reconhecê-la “vinculada a uma estrutura político-econômica, dentro de uma determinada divisão sócio-técnica do trabalho” (MONTAÑO, 2007, p. 3).

Conforme salienta Konopka (1979, p. 37)

O Serviço Social também modificou as suas atribuições no curso da história. Teve início com os atos de caridade, atribuição que é encarada, em apenas algumas sociedades, como o seu objetivo exclusivo ou principal. Hoje em dia, serve a todas as pessoas, independentemente de sua posição social ou econômica, e trabalha com grande variedade de problemas individuais, de grupo e comunitários. Reconhecidamente, o seu objetivo comum é “ajudar o funcionamento social”. [...] Muitos esforços foram e estão sendo feitos para substituir suas fibras defeituosas. Esses esforços são feitos para melhorar o ambiente, assim como para ajudar o indivíduo.

Contudo, ainda na contemporaneidade onde já se tem uma discussão sólida fundamentada numa teoria social-crítica, que segundo Netto (1992) reconhece o Serviço Social como necessário aos fins e a manutenção desta ordem pelo projeto conservador, à medida que se faz a mediação entre os interesses políticos e econômicos da classe burguesa e os interesses das classes subalternas, ainda aparece como “[...] a única, a oficial ou a natural interpretação sobre a gênese do Serviço Social na maioria das instituições de ensino e dos profissionais” (IDEM, 2007, p. 2).

⁶ Entendida esta como expressão do “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto, 1992, p. 77 e Netto, 1992, p. 13 apud Montañó, 2007).

Interessante pensar, que a perspectiva endogenista atende com louvor o modelo de desenvolvimento econômico atual, que segundo Mota (2012, p. 37)

A partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo, assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” e do “lumpem”.

Já ao se tratar da segunda tese ou perspectiva histórico-crítica, cujos autores como Marilda Villela lamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, José Paulo Netto, entendem diferentemente da primeira, que “o assistente social como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sócio-técnica do trabalho” (MONTAÑO, 2007, p. 9).

Segundo Montaña (2007), a natureza e funcionalidade do Serviço Social não recaem na ajuda como prática altruísta, mas é entendida a partir da sua funcionalidade com a ordem burguesa, no momento em que o Estado toma para si, na passagem do capitalismo concorrencial à fase monopolista, a resposta da “questão social”, mediante políticas sociais, que segundo lamamoto e Carvalho (2006, p. 85)

Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção de meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado.

Ou seja, conforme Montaña (2007, p. 17)

Aqui a função do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, uma natureza e funcionalidade político-econômica e não altruísta [...] que, coincidindo em alguma medida nos tipos de práticas desenvolvidas entorno da “questão social”, são, na sua natureza e funcionalidade, essencialmente distintos.

Sendo assim, Ibidem (2007) com base nos autores da segunda tese, entende o Serviço Social como um produto histórico e não como uma evolução das formas de ajuda, que partindo de uma perspectiva de totalidade, o assistente social é um

trabalhador assalariado, de ocupação específica na divisão sócio-técnica do trabalho, vinculado à execução terminal das políticas sociais segmentadas, em que o Estado (como produto histórico das lutas sociais) se constitui nos primórdios da profissão, no principal órgão empregador, e, portanto legitimador, do Serviço Social.

Pensar sobre a natureza do Serviço Social sem considerar o Estado na fase monopolista do capital, é como foi dito no decorrer dessa reflexão, analisar a profissão deslocada das relações sociais que lhe compõe. Nesse sentido, tem-se a fase monopolista do capital, que segundo Netto (1992) “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana”.

Segundo Ibidem (1992), como solução para as contradições postas pelo capitalismo monopolista - a maximização dos lucros pelo controle dos mercados, tem-se como tentativa de êxito a demanda pelos mecanismos de intervenção extra-econômicos, a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado. Ainda conforme o autor, “o eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções” (NETTO, 1992, p. 21).

Nesse sentido,

Trata-se, justamente, do espaço que se engenha na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo cujos passos principais esboçamos anteriormente. É na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (IBIDEM, 1992, p. 6-70)

Ou seja, diferentemente da perspectiva endogenista, a segunda tese entende que se trata de um equívoco dos autores da primeira tese, de que o Serviço Social surgiu de uma evolução das práticas caritativas e de ajuda cristã, mas que na verdade, o que se constituiu foi uma ruptura entre as práticas de caridade e filantropia e a

prática profissional, visto que, quem demandou as primeiras assistentes sociais de instituições filantrópicas, de origem cristã e formada em instituições ligadas a Igreja foi à classe capitalista e que os órgãos empregadores continuam sendo os representantes desta classe hegemônica (MONTAÑO, 2007).

Entretanto, a afirmação anterior pode-nos levantar a seguinte questão: Por que então os assistentes sociais e não outro profissional para atender as demandas postas pelo agravamento da “questão social” na fase monopolista do capitalismo?

Essa questão é respondida face às crises sistêmicas e queda da taxa de lucro, em que se precisam criar políticas sociais “aprovadas” e “aceitas” pela população, que possibilitem perpetuar a ordem sócio-econômica e política das classes hegemônicas, que diminuíssem real e ficticiamente aquelas desigualdades, diminuindo as insatisfações e mobilizações populares, destravando assim a livre acumulação do capital (IBIDEM, 2007).

Assim, se fez necessário recrutar pessoas que fossem aceitas pela população, que tivessem facilidade de “entrar” em suas vidas, como também de viabilizar e implementar as políticas sociais necessárias para o consenso das classes subalternas frente aos questionamentos a respeito da exploração da força de trabalho e da acumulação ampliada de capital. Para tanto, o vínculo empregatício deveria ser mediado pelo Estado com sua aparência de “neutralidade” e promotor do bem-comum (MONTAÑO, 2007)

Desta forma, a gênese do Serviço Social está vinculada a uma estratégia de classe hegemônica de controlar não apenas o espaço público das pessoas, mas também de levar o controle à esfera do privado, à vida cotidiana, à intimidade das pessoas, de controlar o trabalhador não apenas na esfera da produção, mas no conjunto da sua vida; portanto, este profissional deve estar legitimado pela população; esta última deve ser no assistente social o “solucionador” dos seus problemas (IBIDEM, 2007, p. 28).

Após, essa breve reflexão e resgate acerca das duas teses que discutem a natureza do Serviço Social na sua gênese e assim como seu significado social, chegamos ao fator fundamental dessa discussão, o papel contraditório da profissão, que embora demandada pelo Estado para manter o consenso e fazer a mediação entre as classes, por outro, a mesma não é neutra nesse processo e por isso opta por um

dado projeto societário a partir do seu posicionamento enquanto profissional assalariado, participe também da classe que vive do trabalho (Antunes, 2007).

Que conforme destaca Iamamoto (2007), é nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. [...] em que pode ocorrer a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos.

2. Materialização do projeto ético – político: Desafios frente à particularidade e singularidade dos sujeitos sociais a ele vinculados

Após refletirmos acerca do significado social da profissão, pretende-se neste segundo momento, adentrarmos nos desafios postos ao assistente social que pautado seu exercício profissional na perspectiva histórico – crítica enfrenta os desafios no cotidiano pela materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Para iniciarmos essa discussão, destaco a seguinte reflexão de que “só a alternativa daquela pessoa que põe em movimento o processo da execução material através do trabalho pode efetivar essa transformação da potencialidade em um ser” (Lukács, 2004 apud Santos, 2010, p. 6).

Para Lessa (apud Santos, 2010, p. 64)

A articulação ontológica que conecta a totalidade da práxis social aos valores é a categoria da alternativa. É ela que, como elemento ineliminável da essência do pôr teleológico, funda a necessidade de distinção entre o útil e o inútil para uma dada objetivação, e tal distinção é o fundamento último da gênese e do desenvolvimento dos valores.

Assim, segundo Lukács, 1988 (apud Santos, 2010, p. 65).

Cada práxis é imediatamente dirigida para alcançar um determinado fim concreto. Precisa, portanto, conhecer a verdadeira constituição daqueles objetos que servem de meio para tal finalidade, onde na constituição entram também as relações, as possíveis consequências, etc. Portanto a práxis é inseparável do conhecimento.

Nesse sentido, pensando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político da prática profissional dos assistentes sociais, o caráter deste último é no sentido de que “o homem é capaz de agir com consciência e liberdade, criando

alternativas de valor, escolhendo entre essas alternativas e adicionando esses valores em suas finalidades” (SANTOS, 2010, p. 65).

Dessa forma, podemos analisar a profissão diante da crise de “caráter mundial dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização é marcado pela concentração do capital e descentralização da produção [...]” (MOTA, 2012, p. 31), que no governo Lula e tendo continuidade no governo Dilma, apresenta como medida de enfrentamento ao neoliberalismo o crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado, crescimento esse que levará inexoravelmente ao desenvolvimento social (idem, 2012). Contudo, como destaca a autora, essas duas hipóteses estão longe do processo histórico real, e que essas medidas assumidas em ambos os governos veio desistoricizar a pobreza, tornando possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

Nesse sentido, têm-se os desafios postos ao profissional do Serviço Social, mas que como foi dito anteriormente, os mesmos tem a alternativa de direcionar sua prática no sentido de fortalecer ao projeto hegemônico burguês ou de romper com o mesmo, buscando assim efetivar concretamente o projeto ético-político do Serviço Social. É claro que os rebatimentos e os desafios não são poucos e que esse movimento não é individual, mas sim coletivo.

Contudo, a ideia é trazer aqui elementos para refletirmos que existe a subjetividade e singularidade do sujeito que não deve ser ignorada.

Conforme destaca Barroco (2001, p. 55)

Quando a moral é refletida ontologicamente, é possível ultrapassar o conformismo característico da aceitação espontânea da cotidianidade; os conflitos morais podem, então, ser apreendidos em sua relação com a totalidade social e não se apresentarem somente como conflitos morais. Principalmente, pode desvelar a objetividade de tais conflitos, permitindo que não sejam tratados como “problemas subjetivos”, cuja resolução depende da vontade singular. Isto, porém, não elimina a dimensão singular do ato moral; ao contrário, a individualidade vincula-se a ela ao posicionar-se, mas seu posicionamento se efetua no patamar de uma escolha consciente.

Assim sendo, essa reflexão nos permite chegar ao que Mota (2012) traz ao dizer que o Serviço Social vem problematizando e politizando coletivamente o

exercício profissional dos Assistentes Sociais sem abstrair de tais reflexões a relação entre as determinações da existência da profissão e das demandas postas pela realidade, no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Sempre estive em discussão: qual Serviço Social? Para qual sociedade? Daí podermos reafirmar a nossa condição de protagonistas de um projeto profissional calcado em valores, princípios e diretrizes inerentes a um dado projeto societal: uma sociedade emancipada e radicalmente humana. (IBIDEM, 2012, p. 39)

Para Mota (*idem*), essa orientação não nos dá o estatuto de um partido político ou de sermos os arautos das necessidades das classes subalternas, nem tampouco de traduzirmos princípios revolucionários em procedimentos aplicáveis ao âmbito de um espaço ocupacional. Mas consiste segundo a mesma em não sucumbir ao apagamento da dimensão política da profissão e de resistir à redução do projeto profissional a sua dimensão prático-operativa; ao cancelamento de qualquer ideário que não seja o da ordem e à submissão da crítica teórica e política à prova da formulação de propostas técnicas.

Cabe ressaltar que numa sociedade de classes, toda prática tem uma dimensão política e por isso como vem sendo desenvolvido no decorrer dessas reflexões, não existe neutralidade, mas contradições econômicas e políticas que perpassam o antagonismo entre essas classes sociais. Nesse sentido, entende-se que todo projeto profissional - e a prática profissional - é vinculado a um projeto político ou projeto político-profissional (BRAZ, 2001).

Como destaca Iamamoto e Carvalho (2006, p. 94) “é a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir”.

Conforme destaca o código de ética do assistente social de 1993, o compromisso dessa profissão se dá pela concretização e afirmação de valores fundantes como a liberdade e a justiça social. Interessante pensar que a defesa intransigente desses valores pode gerar equívocos no sentido de pensar que não existe

uma intenção de se romper com os valores burgueses, visto que, a liberdade e justiça social são naturalmente tratados na ordem do dia.

Contudo, ao reafirmarmos a defesa da democracia como valor ético-político central, o código de ética destaca que isso se dá por compreender que a mesma é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar à explicação dos valores essenciais a liberdade e da equidade e que é a partir da mesma que se favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania.

Conforme destaca Barroco (2001, p. 204)

Mas a diferencialidade do Código, em relação ao discurso liberal, não se efetua apenas pela defesa de valores e pela sua articulação com a ultrapassagem da ordem burguesa. Compatível, sobretudo, com as conquistas do Código anterior, ele assinala a direção sócio-histórica da ultrapassagem, explicitando sua vinculação com o ideário socialista.

Assim, é relevante destacar que segundo Netto (1996) a fundamentação do Código de 1993 apresenta-se como um alvo não apenas aos setores tradicionalmente conservadores, mas também para os setores profissionais vinculados ao pós-modernismo.

Conforme destaca Raposo (2010) no contexto atual de crise do capitalismo tardio, as expressões de uma “questão social” cada vez mais complexa manifestam transformações societárias e contemporâneas que se configuram como resultantes de medidas estratégicas encontradas pelos países centrais para enfrentar a crise do capital. Um movimento de reordenamento do capital e seus elementos fundamentais: reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho, crise do Estado.

Contudo, pensar a “crise” do Estado é questionável, no sentido de se pensar que o Estado na ordem do capital assume uma função bem definida e que nesse sentido, pode não se encontrar em crise e sim forte no sentido de atender num contexto de agravamento da questão social a função que lhe cabe que é de atender e defender os interesses da classe hegemônica em detrimento da classe trabalhadora.

E é pensando a disputa pela hegemonia, que Ibidem (2010) destaca que no Serviço Social não se diferencia, onde existe um claro debate pluralista inaugurado nos

anos 80/90 entre diferentes vertentes teórico-metodológicas, provocando profundas inflexões no campo ideo-teórico da profissão. É nesse campo de disputa, que a vertente pós-moderna constitui-se num dos eixos do debate contemporâneo do Serviço Social, que se revela como expressão da “crise da modernidade” e uma necessidade de desenvolvimento do capitalismo no campo da teoria social.

Segundo Santos (2007), o capitalismo já há algum tempo vem tentando se livrar do projeto civilizatório moderno devido ao antagonismo histórico cada vez mais evidente com os valores centrais constitutivos desse projeto. Aos olhos do senso comum, para quem o discurso do mundo moderno associa-se à ordem burguesa, tal afirmativa pode parecer um equívoco, visto que, sem dúvida o capitalismo revolucionou a história da humanidade proporcionando um desenvolvimento das forças produtivas inimaginável dois séculos atrás. Assim, segundo Raposo (2010, p. 172)

Em cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas desenvolve-se uma determinada concepção de mundo ou formas de consciência e dessa forma os homens constroem um determinado conhecimento, pois, como afirmam Marx e Luckács, é a existência (ser) que determina a consciência.

Todavia, até mesmo o desenvolvimento dessas forças produtivas é posto em cheque numa perspectiva para além do sendo comum, à medida que o desenvolvimento tem sido de modo irracional levando a humanidade a perdas incalculáveis, cujo principio do capitalismo tem se dado na destruição do sujeito em si e para si. Isto é, o capitalismo tem se baseado no destruir para construir e desenvolver-se, mas para que, para onde? ⁷

Nesse sentido, Santos (2007) pontua a importância da teoria social, que põe em cheque a pós-modernidade, esta que se apresenta como superficial nas análises sobre transformações societárias, contrapondo - se claramente a descrições totalizantes, já que totalidade nessa perspectiva é confundida como totalitarismo e ocultamento das diferenças. Ainda segundo a autora essa satanização da totalidade e das categorias

⁷Aqui a crítica não se remete aos pontos positivos que o desenvolvimento das forças produtivas trouxe para a humanidade, mas uma reflexão para além desse desenvolvimento proposto pelo capital.

universalizantes do projeto da modernidade é a completa ausência do enfrentamento da complexidade do real para além da perplexidade, impotência ou da celebração.

É nessa perspectiva de totalidade, universalidade e historicidade antagônica ao pensamento pós-moderno, que Barroco (2009) destaca a importância do pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos ideais dos profissionais, suas projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada, tendo em vista, que o pertencimento a um projeto profissional que dá materialidade e organicidade à consciência ética desses sujeitos.

Segundo Barata e Braz (2009)

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais e coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais).

Pensando o Serviço Social e os rebatimentos do neoconservadorismo pós-modernismo, este que se apresenta como sendo “[...] um componente funcional à ordem burguesa, que possui um caráter conservador, pois termina por afirmar a sua positividade” (SANTOS, 2007, p. 45), se faz necessária a afirmação dos valores éticos presente no projeto ético – político do Serviço Social, que nos orienta enquanto sujeitos sociais coletivos para a transformação da ordem societária vigente.

Nesse sentido, entendendo que esse processo se dá de forma coletiva, com uma clara direção social estratégica - o que permite inclusive como vem sendo tratado no decorrer dessa reflexão - o entendimento do papel social da profissão, esta que historicamente vem sendo construída socialmente e coletivamente e não isoladamente, como se estivesse aparte da sociedade na qual se insere e atua.

Conforme salienta Barata e Braz (2009) “o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político – profissional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme sustentamos no decorrer dessa reflexão cada vez mais se torna desafiador à luta pela hegemonia do projeto profissional vigente, visto que, o projeto conservador permanece em disputa por essa hegemonia, tendo suporte na ofensiva neoconservadora/pós-moderna, o que nos leva a exigência de nos debruçarmos cada vez mais sobre a teoria social crítica, no intuito de fortalecermos a dimensão teórico – metodológica e ético – política que nos permite pensar estratégias políticas que nos leve a superar os desafios postos na ordem do dia.

Sem sombra de dúvidas os desafios postos a profissão são muitos e alarmantes, mas é nesse sentido que a reflexão aqui levantada torna-se relevante no sentido de não perder de vista que os desafios são muitos não pela impossibilidade de objetivação e materialização desse projeto, mas porque o mesmo é uma proposta que nada contra corrente da ordem societária vigente.

Dessa forma, a importância de estabelecermos vínculos coletivos que fortaleçam e propiciem a reflexão ética capaz de ultrapassar o aparente, levando – nos a essência e assim a superação da ordem estabelecida, mas não imutável, visto que, somos sujeitos históricos e por isso capazes de mudar o curso desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Lucia. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Os Fundamentos éticos do Serviço Social. IN Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO. Maria Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade nº 100. São Paulo: Cortez, 2009

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade nº 112. São Paulo: Cortez, 2012

CFESS/ABEPSS. Unidade IV-O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. In Serviço Social : Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009

FORTI, Valeria. Ética, Crime & Loucura – Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013

GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo:Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 19 ed. São Paulo: Cortez , [Lima, Peru]: CELATS p. 2006.

IAMAMOTO, Marilda. O serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo.5º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

MONTAÑO, Carlos. La naturaleza del Servicio Social: un ensayo sobre su genesis, su especificidade y su reproducción. São Paulo: Ed. Cortez. 1998.

MOTA, Ana Elizabeth.Redução da Pobreza e aumento da desigualdade:um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In As ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social.Recife:Editora Universitária UFPE, 2010

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez 1992.

_____. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In 30 anos do Congresso da virada. Brasília: CFESS, 2009 NETO

NETTO, J. P. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2012.

PANIAGO, Maria Cristina. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

PIMENTEL, Edilene. Questão social e Serviço Social: expressões do pauperismo em face da crise estrutural do capital. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

RAPOSO, Clarissa T. M. O Serviço Social e a Pós-modernidade: os dilemas e os desafios na superação do “fatalismo” e do “messianismo” da prática profissional. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos, dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. Coleção Questões de nossa época; vol 132. São Paulo: Cortez, 2007

TEIXEIRA, Joaquina Barata e BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. IN Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009